

SINAL DOS TEMPOS

Emissora pública coloca sinal aberto aos brasilienses no canal 51 UHF e eleva debate sobre responsabilidades sociais da televisão brasileira em nome da cidadania

A tela aberta da TV Senado

Beto Almeida

Ao tempo em que a televisão brasileira completa seus cinquenta anos de vida cercada de indignação da perplexidade sobre a qualidade de sua programação, pelo menos uma notícia alvissareira: a TV Senado supera as fronteiras a que foi confinada por equívocos da lei da cabodifusão e coloca seu sinal aberto ao alcance de todos, deixando de ser acessível apenas a pequena parcela de assinantes da TV paga. Com isso, além de oferecer alternativa comunicativa à população, permite a ampliação de um direito cidadão conforme sublinhado na exposição de motivos da Mesa Diretora do Senado para justificar as transmissões em sinal aberto: a possibilidade de fiscalizar o trabalho de seus representantes.

Surpreendida com a perda do histórico monopólio da cobertura sobre o Congresso, a mídia comercial apresenta dificuldades na valorização do quanto a transparência dos trabalhos legislativos é útil ao conjunto da sociedade. Seja como educação política da sociedade, seja como estímulo à formação de consciência cidadã e democrática, seja como promoção à salutar democratização da informação no Brasil, hoje ainda marcada por significativos desequilíbrios.

O monopólio noticioso, agora questionado com a iniciativa do Senado, foi talvez fator determinante para impedir que aquela cobertura adquirisse, predominantemente, caráter verdadeiramente nacional, objetivo e marcado por rigoroso espírito público. Assim, a mídia das regiões economicamente mais desenvolvidas — e ainda são crônicos os desequilíbrios regionais no Brasil — tendia sempre a privilegiar ou mesmo impor como nacional uma visão que era apenas sua ou dos anunciantes ali localizados, ignorando sistematicamente as demandas das demais regiões.

Alguns estados só eram alcançados pelas lentes da grande mídia em situações pitorescas, escandalosas ou de tragédias.

A democratização do sinal da TV Senado quebra o monopólio editorial da grande mídia muitas vezes usado para colocar o Parlamento brasileiro sob uma espécie de constrangedora chantagem midiática sem, entretanto, revelar a totalidade dos trabalhos lá realizados. Sistemáticamente foi sonogado ao grande público, por exemplo, o trabalho dos representantes das regiões fora do eixo Rio—São Paulo, ou menos ricos, e daqueles com posição política eventualmente mais severa na crítica aos interesses dessa mesma mídia. E quantos preconceitos não se fabricaram a partir disso?

DEMOCRATIZAÇÃO

Com o sinal aberto, a TV Senado também oferece ao público a possibilidade de participar da própria ação legislativa por meio dos serviços gratuitos de acesso do cidadão, pelo qual os parlamentares recebem sugestões, propostas e críticas. Que obscuros interesses poderiam estimular críticas a esses inequívocos alargamentos da cidadania? Talvez a maior qualidade das emissoras legislativas — TVs Senado e Câmara — seja a sua pluralidade de programação. Uma comparação rigorosa poderia até ser desconfortável para outras mídias, o que talvez explique a insustentável acusação de “chapa-branca” que alguns segmentos da mídia, meio desconcertados, lançam contra elas. A TV Senado, por exemplo, aborda em profundidade temas como o desenvolvimento auto-sustentável da Amazônia, transmitindo palestras e debates com especialistas e senadores da região ou audiências públicas sobre assuntos espinhosos como a legislação restritiva à publicidade de cigarro ou bebida, poderosos anunciantes em outra mídia, que jamais transmitiriam esses debates.

Cumprindo rigorosamente os dispositivos constitucionais para a comunicação, a emissora permite a expressão de todas as tendências de pensamento, mergulhando detalhadamente em temas que, apesar da gravidade e do seu interesse público — como a questão agrária, a elaboração orçamentária ou CPI dos Bancos — merecem da mídia comercial tratamento apenas episódico ou telegráfico, e normalmente limitado editorialmente à razão do seu corpo de anunciantes.

Num país em que variáveis de política econômica alteram-se ano a ano, a TV Senado cumpre com o direito do cidadão ao examinar em minúcias a agenda econômica do país em programa específico que conta com a participação de especialistas, sem a pressão da matéria fugaz, cada vez mais rapidinha e descontextualizada, o que, principalmente em economia, pouco informa. Isso sem falar nos acalorados debates de plenário e comissões, pelos quais os brasileiros — ainda tragicamente marcados por um passado de censura — têm acesso democrático à totalidade dos argumentos assumidos por seus representantes.

Mais observadora, a crítica televisiva bem pode registrar que o episódio da cassação de um senador foi uma espécie de prova de fogo para a televisão, na qual foi aprovada, seja com a oferta generosa de todo o manancial de fatos que envolviam o tema, seja com a reserva de espaço para que o próprio político não tivesse cassado o seu direito de defesa e alegasse linchamento midiático, como ocorreu, por exemplo, com o ex-ministro Alcení Guerra, hoje absolvido de todas as acusações. Linchamentos, aliás, não raros...

Como nem só de política vive o homem, a programação da TV Senado não se limita apenas a ela. Em salutar obediência à Constituição, a emissora também oferece uma programação cultural de alto nível, marcada pelo caráter educativo, informa-

tivo e de utilidade pública. Programas de orientação em saúde — livres da lógica de anunciantes — fomentam civilizados hábitos, desvendam aparentes mistérios e constroem com equilíbrio e seriedade científicas uma consciência preventiva.

A valorização das artes, o espaço educativo e didático com que é tratada a música clássica em programa apresentado em nobre sintonia com a cultura universal pelo senador/jornalista Artur da Távola; a generosa abertura para a música popular brasileira, inclusive instrumental e de todas as regiões, sem imposições da lógica comercial, aí estão como alternativa a um tipo de programação que chegou ao cúmulo de exibir padraço torturando uma menina de três anos, a escola de crimes a céu aberto em linha direta ou o nobre e edificante programa da banheira. Sem esquecer a qualidade dos documentários preparados pela própria TV sobre a história e a cultura das várias regiões do Brasil — produziu-se belo vídeo sobre o Xingu — e o respeitoso espaço dedicado ao cinema brasileiro, minoritário em nosso mercado cinematográfico. Exibiu-se recentemente o impactante *Notícias de uma Guerra Particular*, de João Salles Jr, até agora pouco acessível ao grande público, mas não aos telespectadores da TV da casa de Rui Barbosa.

QUALIDADE

Muitos outros exemplos poderiam ser oferecidos para mostrar que a TV Senado, na linha de qualidade midiática também alcançada por outras emissoras públicas, nada tem de bajulação ou autopromoção. Talvez o maior argumento para exemplificar a enorme contribuição que a emissora oferece à democratização da informação no Brasil está na divulgação das estatísticas que revelam nossa indigência informativo-cultural: a taxa de leitura de jornais patina nos

raquíticos 28 exemplares para cada grupo de mil leitores, ou seja, lemos menos que na Bolívia. Acesso a livros, bibliotecas ou ao cinema é difícil.

Diante de quadro tão rigoroso como esse, quais as razões para as críticas à própria existência da TV Senado, ainda mais com a programação que oferece e o papel que cumpre? Quanto às restrições pela emissora ser sustentada com recursos do contribuinte, cabe perguntar qual empresa de comunicação no Brasil não recebe recursos públicos na forma de anúncios, ou de empréstimos ou de isenções fiscais? Será que não seriam ainda suficientemente conhecidas inúmeras formas com que o Estado apoiou o desenvolvimento da radiodifusão no Brasil, permitindo, em curto espaço de tempo, a constituição de verdadeiros colossos informativos, vários deles hoje endividados?

A razão de fundo das críticas é outra. As emissoras legislativas vieram para dar visibilidade aos trabalhos legislativos, representar a função de janelas da cidadania e proporcionar ao cidadão informações não mediadas pelo corporativismo da mídia comercial, submetida a inflexível e restritiva lógica mercadológica. Jogar luzes e lentes democráticas nos salões decisórios numa sociedade marcada por três séculos de escravidão é tarefa que desagrada e desconcerta.

Ao completar 50 anos, o panorama televisivo brasileiro é enriquecido com uma programação que — sem a pretensão de substituir ou competir — destoa pela qualidade, pelo padrão informativo e pela pluralidade democrática, lançando à mesa dos debates um argumento sóbrio, mas bem fundamentado: basta cumprir a Constituição para fazer televisão cidadã, tão necessária à sociedade brasileira hoje.

BETO ALMEIDA É PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ÉTICA DO SINDICATO DOS JORNALISTAS DO DF
(E-MAIL: BETO@YAWL.COM.BR)